

Brasil e Argentina, os que mais preocupam

Paris — As dificuldades financeiras do Brasil e da Argentina, dois dos países mais endividados da América Latina, suscitaram esta semana a preocupação dos círculos financeiros internacionais e o interesse das principais nações devedoras do Terceiro Mundo.

A preocupação dos círculos financeiros deve-se a um fato inusitado do ambiente das finanças internacionais: a intransigência do governo de Buenos Aires diante de seus credores e sua pretensão de ditar as condições necessárias para a reestruturação de sua dívida externa.

O desenlace desse encontro, acompanhado com particular interesse pelas agências internacionais de crédito, pelos bancos internacionais e pelos governos dos principais países devedores, poderia constituir um precedente histórico e abrir novas possibilidades às negociações sobre a dívida externa do Terceiro Mundo.

A atitude do governo da Argentina, cuja dívida externa chega a 43 bilhões de dólares, é qualificada de hostil e causa certa irritação no ambiente da comunidade bancária internacional.

Os fatos remontam a 13 de outubro de 1983, quando o governo militar de Buenos Aires suspendeu os pagamentos da dívida externa e os juros.

A restauração da democracia e a chegada de Raul Alfonsín ao poder criaram uma situação nova no país, mas não eliminaram as dificuldades econômicas e financeiras. O novo governo de Buenos Aires, seguindo a pauta estabelecida pelos militares, nega-se, por enquanto, à espera de uma solução aceitável, a cumprir seus compromissos financeiros.

Os credores, reunidos na sede do

Citibank de Nova Iorque, discutem com as autoridades argentinas a possibilidade de estabelecer uma solução satisfatória para ambas as partes. E estariam dispostos, segundo parece, a adiar o pagamento da dívida à espera da conclusão de um acordo sobre o reescalonamento do débito, mas se mostram irredutíveis diante do pagamento dos juros.

Os credores pretendem justificar sua atitude alegando que a Argentina, no decorrer dos últimos meses, teria aumentado suas reservas cambiais em aproximadamente um bilhão de dólares.

O governo de Buenos Aires, por sua vez, declara que esse dinheiro é indispensável para a reativação da economia nacional. Por outro lado, apesar de a Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos ter aconselhado o governo de Washington a buscar uma solução favorável para o problema da dívida externa argentina, os bancos norte-americanos — entre os quais o Chase Manhattan Bank, o Bank of America, o Morgan Guaranty Trust e o Manufacturers Hanover Trust — não se mostram muito cooperativos.

A posição dos bancos credores é a seguinte: se os juros não forem pagos até o próximo dia 31, de acordo com o regulamento atualmente vigente nos Estados Unidos, terão que classificar a dívida correspondente sob a denominação de "ativos não rentáveis", vendo-se obrigados, por esse motivo, a deduzir de seus lucros trimestrais o valor dos juros que deixaram de ser pagos.

O governo argentino, no entanto, para cumprir com seus compromissos solicita novos empréstimos. Os bancos exigem, em contrapartida, o pagamento total ou parcial dos juros

da dívida como condição prévia para a solução do problema.

Enquanto isso, as instituições bancárias se negam a desembolsar um bilhão de dólares correspondentes a um empréstimo de 1,5 bilhão concedido em 1983. Essa medida foi motivada pela atitude argentina que denunciou no ano passado os acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diante do espírito combativo do novo governo de Buenos Aires, a posição dos brasileiros é mais conciliatória e se adapta com maior facilidade aos imperativos dos círculos financeiros internacionais.

Os bancos, que concederam a Brasília um empréstimo de 6,5 bilhões de dólares no final de janeiro, gostam da pontualidade dos pagamentos brasileiros. Um primeiro empréstimo de 3 bilhões de dólares será entregue ainda este mês, apesar de ainda pesarem sérias dúvidas sobre o remanescente desse empréstimo pois o Brasil não pode respeitar as condições exigidas pelo FMI.

Atualmente, a Secretaria do Planejamento do Brasil estuda novas medidas de austeridade, mas isso não impede que a situação continue se deteriorando: a inflação poderia chegar este ano a 170 por cento contra o objetivo anterior de 135 por cento estabelecido pelo governo brasileiro.

Também se fala de novos cortes orçamentários e de um controle mais rigoroso do crédito.

Resta ver ainda, em todo caso, se a flexibilidade ou a intransigência dos países devedores pode trazer alguma modificação substancial aos esquemas de negociação da dívida externa, atualmente muito rígido, dos países em vias de desenvolvimento.